



Assim como Ophir, no passado, outros dirigentes foram alvo de denúncias

O presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, foi acusado por dois advogados de receber licença remunerada indevida de R\$ 20 mil mensais do Estado do Pará, conforme [noticiado](#) pelo jornal *Folha de S. Paulo*. A ação civil pública foi proposta na semana passada em meio a uma crise entre a OAB nacional e a seccional do Pará, que está sob intervenção. Ophir Cavalcante afirma que é legal a licença remunerada que recebe como procurador do Estado do Pará.

Segundo os advogados, Ophir Cavalcante, que é paraense, está em licença remunerada do Estado há 13 anos, o que não seria permitido pela legislação estadual, mas advoga para clientes privados e empresas estatais. Eles querem que Cavalcante devolva ao Estado os benefícios acumulados, que somariam cerca de R\$ 1,5 milhão.

Não é a primeira vez que um membro da OAB é acusado de receber salário sem trabalhar. Em outubro de 2009, conforme [noticiado](#) pela **ConJur**, o presidente da OAB do Rio Grande do Sul, Claudio Lamachia, também foi alvo de acusações do então diretor jurídico do Banco do Brasil, que disse que o dirigente da seccional recebia salário da instituição bancária sem trabalhar. Já Lamachia atestou seu direito a licença remunerada. Afirmou que os ataques “injustos e inverídicos” poderiam ser justificados pela proximidade das eleições da OAB na época. O presidente da seccional gaúcha diz, ainda, que o diretor jurídico do Banco do Brasil foi afastado.

A acusação contra Lamachia aconteceu durante um imbróglio envolvendo o Banco do Brasil e funcionários da instituição. Segundo o banco, Lamachia utilizou uma ação na Justiça em defesa de interesses corporativos. O presidente da OAB-RS afirmou que estava apenas representando os interesses do quadro de empregados da empresa.

Ainda na seara de escândalos envolvendo dirigentes da OAB, reportagem do portal *G1* relata que Faminiano Araújo Machado, na época presidente da OAB de Parnaíba (PI), foi acusado de liderar uma quadrilha que aplicava golpes usando o seguro DPVAT, FGTS e o INSS na cidade. O advogado foi preso pelos policiais civis e federais em Fortaleza e, posteriormente, foi colocado em liberdade por decisão do Superior Tribunal de Justiça.

Após a acusação de comandar as fraudes, Faminiano renunciou ao cargo de presidente da seccional parnaibana da OAB. Ainda segundo reportagem do *G1*, o golpe no seguro DPVAT teria rendido R\$ 13,5 mil, além de uma pensão por morte no valor de R\$ 3,5 mil oriunda de fraude no INSS. O caso foi investigado desde 2009, quando uma seguradora desconfiou da fraude e encaminhou a suspeita à delegacia de Parnaíba.

Em outro caso, [noticiado](#) pelo *Correio Forense*, uma representação com pedido de intervenção da OAB nacional na seccional da Paraíba foi apresentada pela ADEP – Associação Nacional de Defesa do Erário Público e da Cidadania, com sede em João Pessoa-PB. A entidade alegou que a OAB-PB vinha mantendo em seus quadros um advogado que foi condenado por crime de falsidade ideológica e cumpria pena de detenção de um ano e dois meses. O advogado citado é Eudes de Arruda Barros Filho,



condenado por ter falsificado a assinatura de um juiz de Direito da Paraíba.

Date Created
14/11/2011